

A IDENTIDADE DO PEDAGOGO E AS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES DE PEDAGOGIA

SILVA, Fabiana dos Santos Franco da – UEL
fabbyfranco@yahoo.com.br

Área Temática: Educação – História e Políticas
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

Este artigo tem por objetivo abordar o processo de construção da identidade do pedagogo, fazendo um resgate histórico do professor/pedagogo no Brasil e trazer algumas concepções teóricas sobre a atuação do pedagogo. A história da educação traz importantes contribuições para uma compreensão mais profunda sobre esse processo de constituição da identidade do professor/pedagogo. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia trouxeram algumas mudanças com relação à identidade do pedagogo – principalmente quando coloca a docência como base para a profissão –, o que torna relevante uma reflexão sobre suas interferências para o mercado de trabalho. Podemos perceber que as Diretrizes vêm de um longo processo de lutas para o seu estabelecimento, pois são muitos os questionamentos sobre o curso de Pedagogia, no sentido de estar ou não a serviço da lógica do mercado. Mas isso também gera uma nova dúvida: a Pedagogia deve ou não acompanhar as mudanças do mercado de trabalho? A atuação docente sempre esteve diante de lutas e entraves para sua profissionalização, buscando uma identidade própria. E quando enfim é regulamentada as Diretrizes para o curso de Pedagogia, ainda existem inúmeras controvérsias por parte dos teóricos quanto a identidade do pedagogo. Por isso é necessário trazer alguns autores, tais como Aguiar et al (2006), Evangelista (2008), Gadotti (1983), Garcia (1995), Libâneo (2006) e Saviani (2007), para esta discussão, pois estes pesquisadores, com certeza, tem grandes contribuições para a formação de professores/pedagogos. Este artigo não esgota esta discussão, pois este não é o objetivo, mas o que pretendemos é trazer uma reflexão bem fundamentada acerca das Diretrizes de Pedagogia, assim como pesquisas que tem em foco o papel do pedagogo.

Palavras-chave: Identidade do Pedagogo; Diretrizes Curriculares; Mercado de Trabalho.

O presente texto tem como finalidade abordar o processo de construção da identidade do pedagogo, já que esta tem sido uma temática de grande relevância para o momento atual, principalmente pela aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

Para entendermos melhor essa formação da identidade do pedagogo buscaremos fazer um breve resgate da história da formação do professor/pedagogo, pois assim fazendo, teremos

uma visão panorâmica geral para, enfim, chegarmos a algumas conclusões ou mesmo levantarmos alguns questionamentos.

Importante para nossa discussão é analisar as concepções de diferentes autores sobre a identidade do pedagogo, afinal, é extremamente necessário conhecer as abordagens teóricas dos pesquisadores que tanto têm contribuído para a construção da história da Pedagogia.

Este trabalho não esgotará o assunto aqui abordado, pois o tema precisa ser discutido de forma aprofundada e muito bem fundamentada, levando em consideração suas diferentes abordagens, já que a identidade do pedagogo encontra-se em construção, estando ainda numa forma bastante controversa e indefinida.

Começamos então com o início da atuação docente no Brasil, já que, apenas em 1939 é que se estabeleceu o curso de Pedagogia.

Sabemos que foram os jesuítas que deram o pontapé inicial no processo de ensino-aprendizagem no Brasil, apesar das motivações religiosas, pois era um modelo de professorado tutelado pela Igreja.

Com o passar do tempo, com o “movimento de secularização e de estatização do ensino” (NÓVOA, 1995, p.15) começam a ocorrer algumas mudanças no campo da docência:

O processo de estatização do ensino consiste, sobretudo, na substituição de um corpo de professores religiosos (ou sob o controlo (sic) da Igreja) por um corpo de professores laicos (ou sob o controlo (sic) do Estado), sem que, tenha havido mudanças significativas nas motivações, nas normas e nos valores *originais* da profissão docente: o modelo do professor continua muito próximo do modelo do padre (NÓVOA, 1995, p.15) (grifo do autor).

Além disso, a função docente ainda não se constitui com um caráter de profissionalização, mas sim como um trabalho secundário, segundo afirmação de António Nóvoa (1995, p.15): “Inicialmente, a função docente desenvolveu-se de forma subsidiária e não especializada, constituindo uma ocupação secundária de religiosos ou leigos das mais diversas origens”. Essa condição passa a sofrer transformações a partir do início do século XVIII, momento o qual “[...] havia já uma diversidade de grupos que encaravam o ensino como *ocupação principal*, exercendo-a por vezes a tempo inteiro” (NÓVOA, 1995, p.16) (grifo do autor).

No século XIX podemos visualizar um primeiro momento de preocupação com a formação de professores. Isso se evidencia com a criação da escola de primeiras letras em

1823. Esta escola se caracterizava pelo método de ensino mútuo e é a partir daí que nasce a preocupação de preparar professores para atuarem através deste método – uma primeira tentativa de formação docente, apesar da falta de fundamentação teórica, pois era uma preparação voltada principalmente para a prática (TANURI, 2000).

Segundo Leonor Tanuri (2000), em 15/10/1827 é aprovada a Lei que determina a realização de exames de seleção para professor. Até então não havia um curso ou escola que formasse o docente. “A primeira escola normal brasileira foi criada na Província do Rio de Janeiro, pela Lei n° 10, de 1835” (TANURI, 2000, p.64), sendo esta a primeira a ser estabelecida e mantida pelo Estado. No entanto, esta escola não teve muito êxito, nem com seu tempo de duração e nem mesmo na qualidade de ensino, já que este se baseava no método de ensino mútuo. Segundo Saviani (2007, p.104) “[...] nos séculos XVII, XVIII e XIX a ênfase das proposições educacionais se dirigia aos métodos de ensino formulados a partir de fundamentos filosóficos e didáticos”.

Podemos nos perguntar por que fazer este resgate histórico para poder delinear a identidade do pedagogo? Para responder esta questão é interessante nos reportarmos à fala de Libâneo (2001, p. 39): “A história dos estudos pedagógicos, do curso de Pedagogia, da formação do pedagogo e de sua identidade profissional está demarcada por certas peculiaridades da história da educação brasileira desde o início do século”. Desta maneira, ao destacarmos certos acontecimentos da história da formação do professor/pedagogo é bastante relevante, já que esta nos fornecerá as bases para uma reflexão sólida e bem fundamentada para a discussão que aqui está proposta.

Podemos perceber então, que a história da educação brasileira é permeada de avanços e retrocessos, o que sem dúvida alguma era refletido na formação de professores. Nesse sentido, segundo Saviani (2007, p.104) “[...] no século XX a ênfase se desloca para os métodos de aprendizagem, estabelecendo o primado dos fundamentos psicológicos da educação”, ou seja, há uma mudança na tendência pedagógica, onde a centralidade deixa de ser o professor (ensino) e passa a ser o aluno (aprendizagem).

Para Libâneo (2001, p. 39) “até os anos 20 [...] a ciência pedagógica [...] é fortemente influenciada pela Pedagogia católica e herbartiana [...]”. A partir dos anos 30 o Brasil passa a ser influenciado pela concepção norte-americana da educação nova, que segundo Saviani (2007, p.105) “nesse contexto emerge uma nova concepção pedagógica com um novo modelo

de formação docente”, o qual dá muita “[...] ênfase na experiência do aluno instaurado em agente da própria aprendizagem [...]”.

Essas transformações na educação brasileira vão acontecendo no decorrer do século XX e junto a isso podemos perceber dificuldades na formação do profissional da educação, pois em meio a essas mudanças vai se tornando difícil a elaboração da identidade do pedagogo. Portanto, não podemos ignorar todo esse histórico da educação brasileira na formação da identidade do pedagogo.

Em 1939 é regulamentado o curso de Pedagogia no Brasil, na verdade o Bacharel em Pedagogia ou chamado “técnico em educação” (LIBÂNEO, 2001, p. 38), de acordo com o Decreto-Lei nº 1.190. Segundo Saviani (2007, p.116):

Considerado como referência para as demais escolas de nível superior, o paradigma resultante do Decreto-Lei n.1.190 se estendeu para todo o país compondo o modelo conhecido como “esquema 3+1”, adotado na organização dos cursos de licenciatura e de Pedagogia. Os primeiros formavam os professores para ministrar as várias disciplinas dos currículos das escolas secundárias. Os segundos formavam os professores para exercer a docência nas escolas normais. Em ambos os casos vigorava o mesmo esquema, isto é, três anos para o estudo das disciplinas específicas e um ano para a formação didática. Ao ser generalizado, o modelo de formação de professores em nível superior perdeu sua referência de origem, cujo suporte eram as escolas experimentais às quais competia fornecer uma base de pesquisa que pretendia dar caráter científico aos processos formativos.

Podemos perceber mais uma mudança, e é claro um avanço na história da educação brasileira. Ao mesmo tempo, como Saviani (2007) destacou, a formação de professores perde sua referência, mas é a partir do estabelecimento do curso de Pedagogia que poderemos iniciar o processo de construção de identidade do pedagogo de forma mais legítima.

Libâneo (2001, p. 40) afirma que “nos anos 50 inicia-se a propagação de novas teorias educacionais originadas nos EUA e rotuladas com a expressão ‘tecnicismo educacional’, que se intensifica nos anos 70”. Essas novas teorias educacionais refletem diretamente na formação do pedagogo, já que em 1968 entra em vigor a Lei 5.540, da reforma universitária que traz nova regulamentação para o curso de Pedagogia. Essa mudança, que se concretiza com o Parecer 252/69, é marcada pela deliberação das habilitações tais como “Orientação Educacional; Administração Escolar; Supervisão Escolar; Inspeção Escolar; Ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais” (SAVIANI, 2007, p.120).

Mais uma vez somos espectadores de mudanças no campo educacional, no que toca diretamente a formação do pedagogo. Mas ao analisarmos estas mudanças é possível perceber que na verdade o que aí impera é a lógica do mercado de trabalho. Neste momento o sistema exige profissionais especialistas, ou seja, funções fragmentadas, sem a visão do todo, apenas voltada para a especificidade do objeto de trabalho. Sobre isso Saviani (2007, p.120) argumenta:

As habilitações visavam à formação de técnicos com funções supostamente bem especificadas no âmbito das escolas e sistemas de ensino que configurariam um mercado de trabalho também supostamente já bem constituído, demandando profissionais com uma formação específica que seria suprida pelo Curso de Pedagogia, então reestruturado exatamente para atender a essa demanda.

E ainda:

[...] Trata-se, em suma, daquilo que estou denominando “concepção produtivista de educação” que, impulsionada pela “teoria do capital humano” formulada nos anos 50 do século XX, se tornou dominante no país a partir do final da década de 1960 permanecendo hegemônica até os dias de hoje (SAVIANI, 2007, p.121).

Este foi mais um momento de transformações para o curso de Pedagogia e bastante consistente para o processo de construção da identidade do pedagogo. Nesse sentido as habilitações contribuíram para a fragmentação das funções do pedagogo, acompanhando o movimento do mercado de trabalho.

No entanto, as mudanças não param por aí. Segundo Aguiar et al. (2006), em 1975 foi aprovada pelo Conselho Federal de Educação (CEF) a Indicação que tinha como proposta a extinção do curso de Pedagogia. Esta situação provocou o descontentamento por parte dos profissionais da educação, que se mobilizaram nacionalmente, através do I Seminário de Educação Brasileira, “o qual se transformou em marco histórico no Movimento dos Educadores que aspirava subverter a tradicional ordem de ‘cima para baixo’ nas decisões sobre as questões educacionais (AGUIAR et al., 2006, p.823).

A busca por identidade também é demonstrada pelos educadores através de manifestações como esta que acaba de ser mencionada. Além disso não há como não deixar de lembrar aqui a I Conferência Brasileira de Educação (CBE), realizada em 1980, “que teve

como tônica os questionamentos contra as políticas educacionais da ditadura” (AGUIAR et al., 2006, p.823).

A década de 1980 é marcada por um “movimento pela revalorização da educação pública” (LIBÂNEO, 2001, p. 41), onde “[...] as ações dos educadores visavam à redefinição e à busca da identidade do curso de pedagogia no elenco dos cursos de formação de professores” (AGUIAR et al., 2006, p.824). Este momento é de grande importância histórica para o processo de construção da identidade do pedagogo, pois vemos claramente essa busca por uma definição e um descontentamento com relação as políticas educacionais.

Toda essa movimentação contribuiu para novos direcionamentos do Curso de Pedagogia, dentre os quais é possível citar a caracterização da docência como base da identidade do pedagogo e também a base comum nacional (SAVIANI, 2007).

Durante a década de 1990 há uma continuação da luta por reformulações no Curso de Pedagogia, que pode ser visto pelas mudanças ocorridas através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 e através do movimento pela construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (DCNCP).

Sobre a construção das DCNCP, podemos colocar a ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação) como a entidade que encabeça esse movimento. Nesse processo o eixo norteador da formação do pedagogo tem a docência como base, além de outros fatores.

O processo de construção das DCNCP foi longo e cheio de lutas e desafios, que se inicia na década de 1980 e se finaliza em 2006 com a homologação do documento.

A lógica do processo de construção da identidade do pedagogo seria a de concluir que juntamente com a homologação do documento que define as DCNCP, esta identidade estaria definida. Entretanto, há controvérsias e muito ainda que se discutir a respeito, pois atualmente vemos uma infinidade de investigações sobre a temática abordada aqui.

Talvez, diante de todo esse processo histórico que aqui foi explicitado de forma breve, não será possível chegar a uma conclusão acerca da identidade do pedagogo. Mas o que está ao alcance de todos é buscar em outros autores algumas concepções sobre a identidade do pedagogo, para assim elaborar, talvez, um constructo acerca do assunto que aqui vem sendo abordado.

Partindo deste pressuposto, é sensato então, retomar algumas concepções, iniciando com Garcia (1995), a qual defende o papel do especialista dentro da escola, ou seja, o

Orientador Educacional, o Supervisor Educacional e o Administrador Escolar. A partir desta perspectiva a autora traz algumas características e funções de cada um destes especialistas educacionais.

[...] o papel dos Supervisores é problematizar os conteúdos pedagógicos, é função específica da Supervisão, pôr em questão se uma criança pode ou não pode aprender tal conteúdo. Então eu convidaria os Orientadores a investigar o que a criança aprende e o que ela já sabe para participar também dessa discussão, colocando em questão as verdades pré-estabelecidas e definitivas em relação à prontidão e limites da aprendizagem (GARCIA, 1995, p. 7).

Garcia (1995, p. 8) ainda aponta mais: “O Supervisor Escolar tem que dar o chão aos professores, ajudando-os a ensinar melhor e a sentirem mais satisfeitos com o resultado de seu trabalho”. A autora também traz um pequeno adendo da função do Administrador Escolar (AE):

O AE vai interferir no currículo no sentido de organizar o espaço pedagógico. Ele tem a formação específica, os conhecimentos para melhor organizar espaço, tempo e os recursos humanos, materiais em função do processo ensino e aprendizagem, ou seja, do professor e dos alunos, para isso que existe o AE (GARCIA, 1995, p. 11).

Ao analisar estes pequenos trechos, é possível perceber que segundo Garcia (1995) as habilitações determinadas no Parecer 252/69 são necessárias a realidade escolar, sendo, portanto, explicitadas desta maneira a/s identidade/s do pedagogo.

Como já foi dito anteriormente far-se-á uma discussão sobre as várias concepções acerca da identidade do pedagogo. Desta forma numa segunda concepção, Moacir Gadotti (1983, p.57) diz que: “[...] o papel do pedagogo é um papel político. Sempre que o pedagogo deixou de ‘fazer política’, escondido atrás de uma pseudo-neutralidade da educação, estava fazendo, com a sua omissão, a política do mais forte, a política da dominação”.

E ainda acrescenta:

O educador, o filósofo, o pedagogo, o artista, o político têm e tiveram, historicamente, um *papel eminentemente crítico*: o papel de inquietar, de incomodar, de perturbar. A função do pedagogo parece ser esta: *à contradição* (opressor-oprimido, por exemplo) *ele acrescenta a consciência da contradição* (GADOTTI, 1983, p. 58) (grifo do autor).

A análise da fala de Gadotti (1983) leva a identificar que a identidade do pedagogo frente à sociedade e a educação, no que toca sua função, não é neutra, sendo caracterizada pela criticidade, assumindo seu papel político. Esta concepção não se encaixa de forma alguma dentro do “tecnicismo educacional” (LIBÂNEO, 2001), onde é dado ênfase muito forte a prática educativa, ao saber fazer e que leva a funções fragmentadas. Ao contrário, esta visão sobre o pedagogo carece de uma formação crítica e bem politizada frente às desigualdades existentes na sociedade capitalista da atualidade.

Para Aguiar et al. (2006), assim como para a ANFOPE, a identidade, não só do pedagogo, mas também de todo profissional da educação, está na docência como base. Esta concepção se encontra no eixo central das DCNCP (BRASIL, 2006), que diz em seu Art. 2º e Art. 4º:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Mas a docência não é o único eixo das DCNCP, o que pode ser observado na leitura dos artigos acima mencionados. E sobre isso Evangelista (2005, p.2) argumenta: “Para o CNE [Conselho Nacional de Educação], o pedagogo é um licenciado apto a atuar tanto na docência quanto nas funções de administração do sistema escolar, ou seja, apto a realizar o trabalho pedagógico em sentido amplo” (grifo nosso). Para o CNE a identidade do pedagogo vai além da docência, com funções amplas e bastante abrangentes.

Sobre o papel do pedagogo Evangelista (2005, p. 9) afirma:

De meu ponto de vista, a proposta de formação do gestor e a secundarização da formação do intelectual da educação atende perfeitamente aos desideratos dessas agências [internacionais] e demonstra nosso pouco conhecimento tanto de suas formas de funcionamento, quanto dos tópicos que insere na agenda educacional brasileira. De outro lado, essa escolha pode revelar – ainda que esteja inconsciente nas propostas – que o Estado e o capital são, de fato, os sujeitos históricos determinantes de nosso trabalho educativo.

O fato de o Brasil sofrer forte influência de agências internacionais, que muitas vezes ditam as regras do que deve ser seguido no âmbito educacional, interfere de forma extraordinária na identidade do pedagogo.

Ao fazer a análise do seguinte fragmento retirado de um dos escritos de Libâneo (2006, p.15), “[...] todo profissional que lida com a formação de sujeitos, seja em instituições de ensino, seja em outro lugar, é um pedagogo”, é possível ver mais uma concepção da identidade do pedagogo.

Já para Saviani (2007, p.130) a identidade do pedagogo está intimamente relacionada com sua formação profissional:

De um curso assim estruturado espera-se que irá formar pedagogos com uma aguda consciência da realidade onde vão atuar, com uma adequada fundamentação teórica que lhes permitirá uma ação coerente e com uma satisfatória instrumentação técnica que lhes possibilitará uma ação eficaz.

Há algumas considerações a fazer acerca da formação do pedagogo, de acordo com a afirmação acima. Afinal esta discussão acerca da identidade do pedagogo esta envolvida diretamente a sua formação. E nesse sentido é muito relevante as discussões sobre as DCNCP, partindo das possibilidades nelas estabelecidas para as funções do pedagogo. Desta maneira, é pertinente lembrar do seguinte trecho de Libâneo (2006, p.12) ao fazer uma crítica acerca da abrangência das funções do pedagogo:

[...] É difícil crer que um curso com 3.200 horas possa formar professores para três funções que têm, cada uma, sua especificidade: a docência, a gestão, a pesquisa, ou formar, ao mesmo tempo, bons professores e bons especialistas, com tantas responsabilidades profissionais a esperar tanto do professor como do especialista. Insistir nisso significa implantar um currículo inchado, fragmentado, aligeirado, levando ao empobrecimento da formação profissional.

Parece que mais uma vez o Curso de Pedagogia está seguindo a lógica do mercado de trabalho. O que leva essa discussão a enveredar por esta análise é voltar o olhar para o que vem acontecendo na atual sociedade contemporânea e neoliberal. Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p.78) ao abordarem a questão do mercado de trabalho dentro da perspectiva neoliberal, dizem o seguinte:

[...] as demandas por elevação da qualificação do trabalhador, em razão da organização mais horizontal do trabalho, das *múltiplas tarefas*, da necessidade de treinamento e de aprendizagem permanente, da ênfase na co-responsabilidade do trabalhador [...] (*grifo nosso*).

Atualmente o mercado de trabalho exige um trabalhador que tenha múltiplos conhecimentos, uma visão generalista, que tenha interesse e disposição para uma formação continuada, uma aprendizagem permanente para o trabalho. É o que afirmam Santos e Andrioli (2008, p. 4):

[...] o mercado exige pessoas polivalentes, flexíveis, ágeis, com visão dos todo, conhecimentos técnicos e um relativo domínio na área de informática, que falem, leiam e escrevam em vários idiomas, que possuam habilidades múltiplas, e assim por diante. Quem não estiver de acordo com as exigências do mercado é excluído do processo produtivo e isso significa desemprego, miséria, fome [...].

Será que este não tem sido o viés das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia?

Muito foi criticado quando o tecnicismo educacional era a lógica do mercado, e assim a reformulação do Curso de Pedagogia com as habilitações foi vista como um atendimento a demanda do mercado, que necessitava de um profissional especialista. Mas e hoje, o Curso de Pedagogia não estará também formando profissionais para atender as exigências neoliberais? Ou será possível formar um pedagogo para atuar de forma consciente e se contrapondo ao sistema capitalista que impera sobre a sociedade contemporânea?

A identidade do pedagogo continua em processo de construção, juntamente com a construção de um curso de formação que não se sabe se deve formar para a lógica do mercado ou para se contrapor ao mesmo.

Como já mencionado acima é preciso continuar as discussões sobre as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia, pois somente assim haverá possibilidade de responder os questionamentos acima apontados, ou mesmo levantar outros pontos conflitantes como a história da formação do pedagogo está marcada. Não parece muito confortável aceitar o que está posto com a passividade como muitos tem feito. É preciso ser consciente e ter uma visão crítica, não de forma vazia e sem fundamentos, mas olhando para todo o processo histórico que até aqui tem permeado a identidade do pedagogo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Márcia Angela da S. et al . Diretrizes curriculares do curso de pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. **Educ. Soc.** , Campinas, v. 27, n. 96, 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2008. doi: 10.1590/S0101-73302006000300010
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2008.
- EVANGELISTA, Olinda. **Curso de Pedagogia: Propostas em Disputa**. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/nova/Textos/OlindaEvangelista.htm>> Acesso em: 23 jun. 2008.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder**: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983. p.53-64.
- GARCIA, Regina Leite. Síntese das Anotações dos Especialistas no Encontro com a Professora Regina Leite Garcia. Palestra: O papel do especialista na escola atual. In: Evento: **O Papel do Especialista na Escola Atual**; Inst. Promotor-financiadora: Secretaria Municipal de Educação de Itajaí, 1995.
- LIBANEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar**: Políticas, Estrutura e Organização. São Paulo: Cortez, 2003. p.59-106.
- LIBANEO, José Carlos. Diretrizes curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. **Educ. Soc.** , Campinas, v. 27, n. 96, 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2008. doi: 10.1590/S0101-73302006000300011
- LIBANEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para Quê?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, António (coord.). **Profissão Professor**. Porto: Porto, 1995.

SANTOS, Robinson dos; ANDRIOLI, Antonio Inácio. **Educação, Globalização e Neoliberalismo**: o debate precisa continuar! Disponível em: <http://www.rieoei.org/deloslectores/905Santos.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2008.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 130, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2008. doi: 10.1590/S0100-15742007000100006

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.14, 2000. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_06_LEONOR_MARIA_TANURI.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2008.